

CFESS Manifesta

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2014
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA DA NOSSA SAÚDE

Realizadas nos anos de 1986, 1994 e 2005, as Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora configuraram-se em importantes espaços estratégicos de formulação de propostas e lócus do fazer político concebido, na acepção gramsciana, enquanto espaço contraditório e de conflitos, onde diferentes interesses estão em debate, contestação e disputa.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora recém “saída do forno” em 2012, no Governo Dilma, é um documento que retrata muito bem a disputa entre os sujeitos políticos envolvidos na concepção da política e assinala o aprofundamento de relações entre o capital e o trabalho e as disputas interministeriais.

É fato que o exercício da intersetorialidade, com raras exceções, continua sendo difícil. Então, cabe perguntar-nos: a quem mesmo interessa a persistência da fragmentação e dos conflitos institucionais? Como analisar as dificuldades, os nós críticos e os resultados também da Previdência Social e do Ministério do Trabalho e Emprego, o Meio Ambiente e as secretarias do trabalho de estados e municípios? Como avançar em ações conjuntas na promoção e proteção da saúde dos/as trabalhadores/as?

A 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que se realiza em Brasília (DF) no período de 15 a 18 de dezembro de 2014, tem um significado singular: além de trazer como eixo principal a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da



Trabalhadora, apresenta desafios colossais. Um deles, o fato de ainda prevalecer, no chamado mundo do trabalho, a imensidade das perdas humanas.

Em todo o ano de 2014, segundo dados atualizados pelo Ministério da Previdência Social, 2.797 pessoas morreram após sofrer acidentes de trabalho no Brasil. Além das mortes, 14.837 trabalhadores/as ficaram incapacitados/as permanentemente no período. No total, ocorreram 737.378 acidentes de trabalho em todo o país.

O Brasil, portanto, apresenta o título de 4º lugar no mundo em relação ao número de mortes no trabalho, perdendo somente para a China (14.924), Estados Unidos (5.764) e Rússia (3.090). O setor com o terceiro maior índice de registros de acidentes é o da construção civil, que apresentou 62.874 acidentes, agravados com as obras dos megaeventos esportivos, o que impôs aos/as trabalhadores/as: ritmo acelerado, jornada extensa, maquinário velho, tecnologia ultrapassada e desrespeito a diversos direitos.

Não é à toa que a Conferência traz, entre os seus quatro subeixos, o debate do Desenvolvimento socioeconômico e seus Reflexos na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Contudo, é possível alinhar desenvolvimento socioeconômico e Saúde do Trabalhador?

É possível fortalecer ações em Saúde do Trabalhador quando deparamos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiando empresas que adoecem e matam, como a TKCSA (ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, empresa investigada por causar danos ao ambiente e à saúde da população do Rio de Janeiro) e a Eternit (processada em R\$ 1 bi por expor trabalhadores/as ao amianto)? É possível, quando deparamos com um governo que sucateia e privatiza as unidades de saúde?

Não há dúvida de que vivenciamos uma crise sem precedentes na história da humanidade, que é bastante diferente daquelas chamadas “crises cíclicas do capital”, analisadas por Karl Marx em O Capital. Vivenciamos uma crise de acúmulo de contradições sociais, que atavam os limites mais absolutos e destrutivos do sistema capitalista.

O CFESS DEFENDE QUE UMA POLITICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA EXIGE A ATUAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR AMPLIADA, PARA ALÉM DA EQUIPE BÁSICA PREVISTA NA NORMA REGULAMENTADORA Nº4, QUE ESTABELECE O SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO.



O avanço do desemprego estrutural, do trabalho precarizado, do empobrecimento da classe trabalhadora são os elementos centrais a provocar convulsões pelo mundo inteiro, desde o mundo árabe, Europa, América Latina. A ofensiva do sistema financeiro representa uma das causas mais graves dessa chamada crise estrutural.

A quarteirização nas confecções; trabalhadores/as em situação análoga à de escravidão; a degradação das condições de trabalho e vida dos/as imigrantes; o modelo baseado no agronegócio, voltado para a exportação, com larga utilização de agrotóxicos e venenos, são exemplos dos tais desafios colossais supercitados.

A realidade expressa de forma cristalina a lógica de como os negócios se organizam, buscando viabilizar a produção com baixos custos, em locais sem tradição sindical, sem

proteção social e com uma condição de vida muito rebaixada, o que permite ao capital pagar salários muito baixos e oferecer precárias condições de trabalho.

A perspectiva de intervir no ambiente de trabalho não será dada pela dinâmica capitalista, mas pela existência de sujeitos sociais políticos e de instituições públicas que têm a função de estabelecer um contraponto na perspectiva de assegurar a dignidade de quem precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver.

Hoje, a luta deve ser antineodesenvolvimentista, anticapitalista, por que o modelo premente não cabe num projeto constituído a partir de lutas populares. Precisamos questionar a lógica de que sempre é melhor produzir consensos. Esperar pelo consenso frequentemente é a não tomada de posição do Estado perante uma situação de conflito, em que a balança pesa para os interesses do capital. É a política da omissão.

Aqui, a luta é mais complexa, pois depende do enfrentamento, ora de alguns dogmas, ora de práticas enraizadas, ora de instituições conservadoras, isso para não falar do poder econômico e da lógica mercantil de condução das políticas públicas. Algumas delas: a não inserção da categoria “trabalho” como determinante social central da saúde pública; a exclusão da Saúde do Trabalhador da agenda de prioridades da luta sindical; a representação legislativa maciça de aliados/as aos setores empresariais conservadores, como o do agronegócio. Esses são alguns dos desafios de um debate sobre a verdadeira face do Estado brasileiro nesta questão.

A luta pela Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) insere-se na luta política em defesa do serviço público estatal, do ponto de vista estruturante e sobre a perspectiva da classe trabalhadora. Significa, ainda, reafirmarmos o projeto da Reforma Sanitária e os princípios fundadores do SUS. Participar, mobilizar e articular a luta contra o processo de privatização das políticas públicas implica no compromisso ético-político dos/as assistentes sociais com a defesa dos direitos sociais e de sua garantia pelo Estado.



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRÉSIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRÉSIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL
Juliana Iglesias Melim (ES)
Daniela Neves (DF)
Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Josiane Soares Santos (SE)
Erlenia Sobral do Vale (CE)
Lilian da Silva Gomes Melo (AM)
Marlene Merisse (SP)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Solange da Silva Moreira (RJ)
Hirley Ruth Neves Sena (MS)

CFESS MANIFESTA
4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Mônica Olívar - assistente social da Fiocruz/RJ
Assessoria de comunicação:
Diogo Adjuto - JP/DF 7823
Rafael Werkema - JP/MG 11732
Revisão: Diogo Adjuto
Arte/diagração: Rafael Werkema